



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 9, v. I | maio.-out. 2018

p. 75-86.

Entre o temor e a resistência: o demônio da boneca e o “viadinho” abusado

Laíra Assunção Braga¹

Thiago Pereira Machado²

Luciano Oliveira³

RESUMO: A escola solicitada como o lugar da educação, como apelo e aposta em políticas públicas, conta para a multiplicidade dos corpos que pretende reunir? Como podemos pensar em práticas educativas e escolares que caminhem no sentido desfazer os modos hegemônicos de viver corpo e sexualidade? A aposta desse texto é produzir, a partir de duas narrativas, um comum sobre encontros de corpos que habitam cotidianamente as escolas e escapam da expectativa heteronormativa e machista. É um texto que, como as narrativas, não se encerra em si, mas se constitui como um atrevimento de falar com os que deslocam lugares sedimentados e, com isso, participar da luta por práticas educativas e escolares que construam, mais do que respeito, críticas e tensionamentos das hegemonias que demonizam e hierarquizam vidas.

PALAVRAS-CHAVE: Heteronormatividade; viado; machismo; *queer*.

Abstract: Does the requested school as the place of education, as an appeal and bet on public politics, account for the multiplicity of bodies that it intends to bring together? How can we think of educational and scholastic practices that are going to make a difference between hegemonic ways of living body and sexuality? The bet of this text is to produce, from two narratives, a common one about meetings of bodies that daily inhabit the schools and escape of the heteronormative and macho culture expectation. It is a text that, like the narratives, does not end in itself, but constitutes a daring to speak with those who move sedimented places and participate in the struggle for educational and school practices that builds, more than respect, criticism and tension of the hegemonies that demonize and hierarchize lives.

Keywords: Heteronormativity; faggot; macho culture; *queer*.

Resumén: La escuela solicitada como el lugar de la educación, como apelo y apuesta en políticas públicas, ¿da cuenta de la multiplicidad de los cuerpos que pretende reunir? ¿Cómo pensar las prácticas educativas y escolares que caminen en sentido a cuestionar los modos hegemónicos de vivir el cuerpo y la sexualidad? Este texto, que parte de las narrativas, es una apuesta a la producción de un común sobre encuentros de cuerpos que habitan cotidianamente las escuelas y escapan de la expectativa machista y heteronormativa. Es un texto que, como las narrativas, no se encierran en si, sino que se constituye como um atrevimiento de hablar con los que desplazan lugares sedimentados. Con eso queremos participar de la lucha por prácticas educativas y escolares que construyan, más allá de respeto, críticas y tensionamientos de las hegemonías que demonizan y jerarquizan vidas.

Palabras clave: Heteronormatividad; maricón; machismo; *queer*.

¹ Mestranda em Psicologia Institucional pela Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: lairassuncao@gmail.com

² Mestrando em Psicologia Institucional pela Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: thiagopmachadopsi@gmail.com

³ Formado em História e especialista em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola pela Universidade Federal do Espírito Santo. Professor da rede estadual de educação do Espírito Santo. E-mail: lucianoliveira010742@gmail.com

Recebido em 28/02/18

Aceito em 27/03/18

Saber do outro, é saber-se outro.
(Autor desconhecido, autor comum)

1. Lugar de criança é na escola! Quais crianças e qual escola?

Convivemos com uma noção, aclamada em políticas e especialismos, de que a escola é o “lugar” da criança. Parece inquestionável o papel desse espaço como formador de “bons cidadãos”, a ponto de o regime integral vir ganhando fôlego nas propagandas do ensino privado e nas pautas de discussões sobre o ensino público.

Tamanho é a valorização social do espaço escolar que esse adquire um status de argumentação para lutas, para legislação e promessas eleitorais. Escola e educação aparecem como sinônimos de futuro da nação. Iniciamos este texto com as seguintes indagações: que escola? Que nação? Que futuro?

Desenvolve-se um regime compulsório, até determinadas idades, no qual corpos são agrupados em espaços nos quais estão, supostamente, para aprender. Quem ensina é sempre um adulto. A criança ou adolescente são entendidos como passivos desde a disposição do espaço físico dos alunos(as)/cadeiras e professora/quadro. Ainda que possamos perceber pontos de dissidências com esforços por outros movimentos, estamos situando aqui uma produção maioritária de práticas educativas e pedagógicas que carregam em si os lugares marcados daquele que ensina e daquele que aprende.

O espaço escolar opera por entre instituições e modos de vida. As relações estabelecidas que se dão nesse espaço se constituem como produtoras e produtos de realidades, ao mesmo tempo. Vivenciando um regime de sociedade escancaradamente racista e sexista, cujo norteador é o ideal masculino branco heterossexual, é possível afirmar que essa e outras temáticas atravessam todo o tempo o chão da escola. (JUNQUEIRA, 2014).

Neste texto, buscamos, a partir de um referencial teórico dos estudos queer, com contribuições de Foucault e outras marcas, acadêmicas ou não, fazer conexões vivas e atuais entre duas narrativas de professoras que, (des)identificadas, produzem múltiplas possibilidades de capturas de nós, de nossas experiências, nessa empreitada de viver corpo nos terrenos delicados das sexualidades na escola.



Através das experiências narradas, buscamos contribuir para os deslocamentos e questionamentos sobre o que é tensionado na escola, compreendendo que a heteronormatividade comparece como investimento nos corpos educados. Nessas narrativas, nos deparamos com o cerceamento das possibilidades do corpo, operando na manutenção de regime heterossexual; mas, também, resistência e afirmação de vidas que inventam outros caminhos, outros modos de performar gêneros, corpos desviantes que insistem em existir. (BUTLER, 2010).

Não privatizamos e identificamos tais experiências, pois entendemos que elas se constituem como disparadores para pensar outras tantas possíveis. Entendemos, como aponta Benjamin (2014), que, enquanto narramos, fazemos política de produzir comum entre nós, entre os sujeitos que aparecem nas narrativas e outros corpos. “O Narrador retira o que ele conta da experiência: de sua própria experiência ou da relatada por outros e incorpora, por sua vez, as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes.” (Benjamin, 2014, p.217). Desse modo, a experiência é atualizada enquanto narrada; afeta e faz denúncia sobre modos de vida, nesse caso, modo de viver sexualidades na escola e os seus imperativos heteronormativos.

Retomando a nossa questão inicial sobre qual escola e quais alunos cabem na maioria dos projetos educativos, percebemos, ainda, um currículo heterossexual, machista e racista. Desejamos, arriscando esta escrita, compor com tantas outras para pensar práticas pedagógicas que encarem a vida, os corpos e suas expressões na multiplicidade em que se materializam. Por um currículo no qual a ignorância sobre o outro seja viés de produção do novo. Por um currículo em que caibam corpos e que eles não sejam hierarquizados.

2. A sexualidade na escola ou a escola na sexualidade?

Engano é entender o terreno, não apenas espacial, mas político da escola como passível de neutralidade. Trata-se, porém, de uma temática viva e polêmica a partir de um conservadorismo defensor de um currículo que não discuta atravessamentos sociais. Questões de raça, classe e gênero são tomadas como doutrinação ideológica de crianças inocentes.

O apelo de alguns grupos conservadores que se dizem em defesa das crianças e se movimentam no intuito de impedir que as sexualidades, em suas multiplicidades, apareçam nos currículos, está quase sempre acompanhado de um discurso de evitar qualquer “influência” sobre as expressões sexuais dos corpos.



Geralmente, o ataque é feito a alguma indicação de pautar outras vivências sexuais que não correspondem ao ideal heteronormativo. Aqui vamos delineando o que está em jogo. O que é enaltecido como proteção à criança revela a tentativa de manutenção da vivência heterossexual como natural e, conseqüentemente, concede caráter de anormalidade às sexualidades dissidentes, afinal, só se protege do que é perigoso!

Como trazem Caetano, Lima, Rodrigues e Roseiro (2017), a escola é essa instituição, como tantas outras, que traz a heteronormatividade impressa, implícita em seus movimentos e currículos. O imperativo hétero não se esconde. Os lugares cristalizados de feminino e masculino, funcionais à heteronormatividade, são corroborados no espaço escolar, nos quais, desde o uniforme até a disposição dos banheiros, encontramos mecanismos úteis a uma vigilância e regulamentação de como os corpos devem se comportar a partir do seu sexo “natural”.

Falar desses lugares funcionais à heteronormatividade não é assumir que feminino ou masculino, homem ou mulher, são categorias imutáveis. A gestualidade e elementos estéticos de produção dessas categorias podem se reinventar a cada geração, mas o que assumimos, com Louro (2017), é um certo imperativo que ainda predomina e se desespera por reiterar sua suposta naturalidade como destino nos/dos corpos.

Lionço (2016) analisou projetos de lei, em tramitação na Câmara dos Deputados, que fazem referências diretas às questões de gênero nos currículos escolares. Tais textos, assim como outros discursos de fundamentalistas religiosos apontados pela autora, buscam a censura e liberdade de discussão de temas que gritam às margens. Ela ainda aponta que a “ideologia de gênero” é nomeada dessa forma justamente pelos grupos que a atacam. O argumento é que determinados movimentos LGBTTI e feministas buscam uma espécie de doutrinação quase compulsória, infiltrada na política de educação, do pensamento esquerdista, marxista, contra as “naturais” estruturas da família.

O que está em jogo é uma disputa em torno da ideia de educação, mas também da concepção que se tem da própria infância e adolescência: a educação deveria apenas repetir, do ponto de vista moral, valores familiares supostamente homogêneos, e crianças e adolescentes, por sua vez, seriam seres passivos cuja potencialidade na produção de sentido sobre a vida decorreria diretamente da visão oferecida pela escola sobre temas como sexualidade e gênero. (LIONÇO, 2016, p. 157).

Explorando um pouco mais o trecho acima, conversamos com a autora para questionar o olhar de passividade que incide sobre a infância. O corpo da criança é o corpo do aprendiz. A



própria disposição convencional da sala de aula sugere que, na frente, no cenário professora/quadro, encontra-se o lugar para onde se deve olhar. O discurso que nomeia e ataca, ao mesmo tempo, a “ideologia de gênero” anula alguma atividade da criança no sentido sexual e coloca sobre a escola/professora um peso de responsabilidade criador das sexualidades marginais. Poderia a escola criar desejos, sexos, gêneros?

Ainda que existam escapes e resistências emergindo tanto na formação de professores quanto nas próprias relações dos alunos, textos como o Projeto de Lei 2731/2015⁴, que Lionço (2016) discute, tramitam nitidamente para impedir judicialmente práticas educativas entendidas como do campo dos gêneros e das sexualidades. A tentativa é de silenciamento de fato e isso revela o medo do questionamento da heterossexualidade (e suas implicações), como norma. Não é difícil fragilizar o discurso de “proteção às crianças”. Afinal, estão protegendo do quê?

Agarramo-nos em Deleuze (1979), que, em um diálogo com Foucault (1979), abordou a questão sobre a infantilização a que a criança é submetida e como as estratégias que hoje afirmam ser de proteção, na realidade, são mecanismos disciplinares e de controle que funcionam dentro da sustentação de determinadas relações de poder. As escolas, como as prisões e fábricas, segundo os autores, se assemelham muito nesses aspectos. “Se as crianças conseguissem que seus protestos, ou simplesmente, suas questões fossem ouvidas em uma escola maternal, isso seria o bastante para explodir o conjunto do sistema de ensino” (DELEUZE, 1979, p. 72).

O que temem ao tentar impedir qualquer abertura discursiva e prática de tensionar a diferença na escola? O que se “influencia” quando o discurso é contra uma suposta influência? A aclamada neutralidade de fato é possível ou o que se faz é justamente assumir o lado “mais forte”, reiterar a norma através da negação da diferença?

A escola é um dos lugares mais cruéis para se viver formas não hegemônicas de sexualidade. A discriminação, o repúdio e o deboche se esgueiram e se infiltram nas piadas, no recreio, nas paredes dos banheiros, nas escolhas de parceiros e parceiras dos jogos, das brincadeiras ou dos grupos de estudo. Suas marcas nem sempre são imediatamente visíveis, como costumam ser as marcas da violência física, mas podem ser particularmente persistentes e duradouras. As violências do cotidiano, por vezes miúdas e consentidas, se diluem, se disfarçam e se propagam exponencialmente. (LOURO, 2017, p. 67)

⁴ O projeto de Lei 2.731/2015 é explícito no veto à “ideologia de gênero”, prevendo proibição do uso de 'qualquer tipo de ideologia na educação nacional, em especial o uso da ideologia de gênero, orientação sexual, identidade de gênero e seus derivados, sob qualquer pretexto' por meio da alteração de um parágrafo na Lei 13.005/2014, que normatiza o Plano Nacional da Educação. (LIONÇO, 2016, p.153)



A inserção da questão sexual prevista pela legislação na educação se direciona, ainda, por práticas que apagam o corpo. Muito comumente, são temas tratados pela via de produção do temor sobre infecções sexualmente transmissíveis, adquirindo um caráter obrigatório, no qual a figura sábia do professor tem algo a dizer e os alunos algo a escutar. Os resultados disso são perceptíveis em movimentos de desconforto e tédio. Tudo o que ocupa o campo das ditas sexualidades é visto como “mais um conteúdo escolar”. Mas o quanto de corpo há nessa metodologia que trata, diretamente, do corpo? (BRITZMAN, 2000).

Experimentamos um modo de fazer educação pautado num dualismo cartesiano que produz a cisão entre corpo/mente. Ao que é do campo do intelecto, não cabe o corpo. A escola parece ser anunciada como espaço da mente, o corpo precisa ser obediente a isso. Os encaminhamentos de uma educação pautada na hierarquia intelectual produzem a relação de um professor que sabe, um aluno que aprende e o que é previsto que se passe entre eles é um conhecimento programado, pudico e moral.

Um mal-estar parece rondar as entradas dos corpos e sexos nas pautas e currículos. Há de se compreender que muitas das então professoras compuseram-se enquanto atuantes da educação a partir do regime da palmatória, da tabuada decorada e do respeito incondicional ao mestre. O corpo que cabia na escola, enquanto ainda eram estudantes, era o corpo disciplinado. Há, ainda, de se reconhecer que, considerando o endurecimento político atual, trazer o sexo para a escola não custa a ser reconhecido como prática pedófila e pode produzir desconfortos nas/nos docentes.

Todavia, apesar dos ventos soprando contra, apostamos nas brechas, na potência de deslocamento de uma pergunta dirigida ao/à professor/a e que, por felicidade, escapa ao planejamento formal de *ensinar* sobre os sintomas dessa ou daquela doença. Na lógica atual de educação sexual, na qual paira a reprodução de falas e cartilhas, parece não haver espaço para a produção de prazer. Felizmente, existem os *engraçadinhos*, que deixam escapar comentários mais vivos para as discussões, aqueles comentários que suscitam o prazer, a curiosidade, a vergonha, mas que contém muito mais de corpo. (BRITZMAN, 2000).

Como esse olhar para a sexualidade enquanto externa e protocolar, comportaria o questionamento da heterossexualidade compulsória se o primeiro entrave já se dá em encarar o corpo? Como poderia, então, existir espaço para as sexualidades dissidentes?



Trilhamos um caminho que carece, inicialmente, de práticas educativas que encarem a sexualidade, o corpo e sua capacidade de prazer não como um campo secreto, no qual, a depender do que se fala, “promove-se”. O erótico comparece mesmo quando não evocado em uma aula qualquer, pois o processo educacional se dá entre vivos e a capacidade de dar/receber prazer está no vivo. (BRITZMAN, 2000). Há de se perder o medo do corpo, do sexo e do prazer na escola!

3. O demônio da boneca

Era um dia de aula como outro qualquer, o tema seria folclore. Os alunos logo se animaram. Eles deviam contar quais histórias já escutaram. Os alunos iniciaram suas narrativas, umas conhecidas, outras repetidas, até que um menino se levantou e pediu para contar uma história que sua avó lhe contara desde que era pequeno - as crianças têm dessas coisas, fatos de um ano atrás são trazidos com tamanho vigor de histórias de décadas. O aluno contou que, há muito tempo, alguns meninos estavam brincando no quintal de casa quando avistaram umas bonecas que haviam sido deixadas por outras crianças. Os meninos começaram a brincar com as bonecas e a criatividade rolou solta até que uma aura pairou sobre o quintal e um demônio possuiu o brinquedo. Após a possessão, eis que o demônio deixou a boneca para adentrar o ânus do menino, o que despertou nele um forte desejo pelo sexo anal. A avó lhe contava essa história porque o seu neto gostava de brincar de bonecas com a irmã. Na escola ele já havia sido repreendido por diversas vezes devido ao seu jeito considerado extremamente afeminado para um menino. O menino tinha sido possuído pelo demônio da boneca.

Uma história de vó contada para uma criança. Dessas tantas contadas por aí, mas carregada de sentidos. Não nos deparamos com uma história despreziosa. Pelo contrário, ela contém censura, convocação, preocupação e medo. O que está em disputa nesse relato? As expressões de um corpo que ameaçam a correspondência entre sexo-gênero-desejo e o desespero da heterossexualidade compulsória, na qual o sujeito nomeado menino precisa fazer jus à virilidade que esperam dele. Um relato instigante que se configura além dos muros da escola, mas que chega até ela e provoca incômodos.

Corpos que abalam ideais identitários da heteronormatividade, sujeitos que o binarismo não comporta. Esses são os que carecem de reorganização, de vigilância, de alerta por parte de saberes



especializados para que sejam reconduzidos, enquanto há tempo, às suas identidades *originais*, afinal, meninos não brincam de boneca, pois a boneca sugere o lugar feminino do cuidado e da maternidade.

A partir desse relato, elucidamos outras questões. O prazer do cu é produção de afeminados penetráveis! A avó que demoniza, literalmente, o brincar de boneca do neto, também coloca o demônio no prazer anal do menino afeminado. Desse modo, veicula-se a reiteração do feminino como corpo desejanse pela penetração e o masculino, em oposição, é o sujeito que deve renunciá-la.

O demônio do cu comparece como justificativa e punição, ao mesmo tempo, para as manifestações desse corpo que ocupa espaços proibidos para si, os terrenos da feminilidade. Ser penetrado é viver uma passividade que sugere fragilidade e submissão, a partir da lógica macho-dominante. O corpo afeminado é, politicamente, o corpo penetrável. Nesse funcionamento de repelir no macho a passividade dos seus orifícios, as bichas afeminadas, assim como as mulheres, são os corpos do uso, corpos inferiores ao masculino. (SAÉZ, CARRASCOSA, 2016). Quanto cuidado para assegurar a identidade enquanto fiel aos esquemas binários! Os binarismos masculino/feminino, mulher/homem, operam desde antes do nascimento. Guacira Louro (2004) retoma Judith Butler para falar sobre a nomeação do bebê, ainda no exame de ultrassonografia, tomado como ser do sexo feminino ou masculino, logo mulher ou homem, logo desejará o sexo oposto. Reafirma-se a suposta correspondência entre sexo-gênero-desejo. “A afirmação ‘é um menino’ ou ‘é uma menina’ inaugura um processo de masculinização ou de feminização com o qual o sujeito se compromete” (LOURO, 2004, p.15)

A nomeação faz parte do que Butler (2010) intitulou como performatividade de gênero. Tal perspectiva indica o gênero como feito, performado, através de uma estilização repetida de gestos, objetos, práticas e relações. Constituir-se como sujeito de determinado gênero é fazer composição constante com os imperativos de tal gênero. Com o conceito de performatividade de gênero, Butler (2010) nos provoca a passear pelos limites do que é sustentado como sexo original. Esse aluno é questionado em sua feminilidade, como se estivesse se apropriando de algo que não lhe pertence. A gestualidade e os maneirismos são o que o colocam na categoria do feminino.

Enquanto é classificado como afeminado, ele performa uma feminilidade, fazendo evidência de que não se trata de uma originalidade deste ou daquele corpo. Mesmo assim, o que se espera para seu pênis é algo contrário. Para seu cu, também. Habitando terrenos que não lhe



pertencem, o corpo bagunçado é questionado, vigiado, amedrontado, mas é justamente aí que reside a sua potência em fazer dobras no binarismo e na identidade.

A performatividade como modo de compreender gênero nos permite tanto produzir crítica quanto subversão. De algum modo, essa parece ser a aposta política do queer a que Butler (2010) nos convida. Estamos emaranhados em relações de poder que produzem sexos e gêneros para estruturar determinada ordem social. Considerando tais relações de poder, aos modos de Foucault (1988) consideramos, também, a resistência. Corpos que performam gêneros que diferem da correspondência sexo-gênero-desejo são corpos resistentes! Louro (2017) conversa com Butler sobre a potência de resistência da drag, ao performar o feminino. A drag queen é essa que não desocupa permanentemente os territórios das masculinidades, mas faz-se feminina, pela via do exagero, da paródia, expondo as produções de um corpo lido como feminino.

4. O viadinho abusado

Professores e alunos estavam reunidos na escola, todos se preparando para uma apresentação musical referente ao Dia da Consciência Negra. Figurinos estavam a postos. Os alunos vão se apropriando e eis que, meio ao empurra-empurra, um menino, conhecido na escola como “viadinho”, “mulherzinha” pelos colegas, se aproxima das roupas ditas de uso feminino. Os olhares dos professores se entrecruzam, não sabem ao certo o que dizer. Como lidar com tal situação? Um burburinho se instaura. Os professores ainda continuam sem saber qual a melhor atitude tomar, mas os olhares penetram o corpo do menino, como quem diz:

– Essas aí não! As suas são essas! Irá se vestir como os seus outros colegas, será um guerreiro africano.

Um silêncio comunal se fez. O menino se recusou a vestir outra roupa que não fosse a dita feminina, sua atitude é como se dissesse:

– Só participarei caso seja com roupas femininas, não dançarei e nem serei guerreiro africano.

Pelo menos não nos mesmos moldes de seus outros colegas.

**



Esse aluno serve-nos como disparador de olhar sobre a resistência nos terrenos da escola. Como Butler (2010) explica, a potência está em subverter o poder por dentro e não negá-lo enquanto força. O aluno de histórico de agressões sofridas e que insistiu em se apresentar com roupas de meninas, produziu espanto. Não se recusou à apresentação, todavia não acatou os lugares que lhe queriam como próprios. Insistiu onde justamente se dava o lugar de ataque. Os insultos, nesse caso, se tornam condição de manutenção da norma. Enquanto rejeitado pelos integrantes do universo masculino viril, esse corpo também é destacado, notado como sendo o oposto, o outro. É através da reiteração da inferioridade, da ofensa e da exclusão de alguns que o grupo dos “normais” pode se afirmar enquanto tal. (NARDI, 2014).

Os colegas e a escola encontram nesse viadinho um “outro” incomum, que parece enfrentar e não encolher, reposicionando o que se constituiu como insulto, dando-lhe força de vivência da diferença. Preciado (2014) propõe o uso de determinados adjetivos, primordialmente utilizados com intenção de ataque, para afirmar lugares e sujeitos. Dessa forma, a bicha, o sapatão, o viado e a caminhoneira assumem caráter de potência, de tensionamento, de uma militância que transforma dor em luta.

Ainda a partir desse mesmo relato, fortemente marcado pela resistência, captamos ódio ao feminino. O termo mulherzinha aparece como chacota, evidenciando um sentido de diminuição do sujeito feminino, a partir da correlação com o ser mulher. Todavia, o viadinho corajoso novamente nos expõe a potência de ir nos limites desse massacre da sua existência e pensar nas brechas. A partir de uma negativa, existe uma força afirmativa da existência desse viadinho, particularmente, mas, de modo político, do feminino como um todo: “(...) só aceitou participar da apresentação se usasse a roupa das meninas, se recusando a vestir e dançar como guerreiro africano como os outros meninos.”

Entretanto, é preciso cuidado para não realizarmos um enaltecimento da violência. O *viadinho* abusado é corpo resistente, mas, sobretudo, corpo violentado. Esperar de todos viadinhos a mesma audácia seria apagar a necessidade de produção crítica das relações de gênero e sexualidade na escola para que outros modos de vida possam fazer corpos, sem serem agredidos ou cerceados.

Uma menina que compõe com masculinidades. Um menino afeminado. Ou outros que, numa leitura primeira, não estão “nem de um lado, nem de outro”. São excessos de desejos, de peles, de pelos, de cheiros e vozes que são muitos para caber na linearidade do sexo-gênero-desejo. Essas crianças existem. Esses corpos resistem. São incômodos e geram confusões nos locais que



habitam. Sendo a escola o lugar instituído como campo da educação, espaço da formação da criança e adolescente, devemos assumir de vez que os desviados também estão nesse lugar. Dessa forma, como podemos pensar em práticas escolares/educativas que coloquem em disputa existências e desejos em sua multiplicidade?

5. Pedagogias Queer

Em um ambiente em que heteronormatividade é constantemente convocada e reiterada, como podemos compor com a teoria queer condições de existência para aqueles que não cabem em identidades duras? É urgente afirmar a escola como mais um lugar de formação de vida, para além de formação de alunos. Uma prática educativa pautada no queer não segue uma política de tolerância, através do repetido discurso do respeito. Segundo Louro (2004), o projeto caminha não por aceitação de diferenças, ao contrário, trata-se de propor produção de diferenças e que essas se constituam como abalos de hegemonias que encapsulam a vida.

Não se trata, portanto, de aceitabilidade, mas de tensionamento, no qual o mover-se faça parte das relações. Um (des)aprendizado de si a partir do outro. Ainda segundo Louro (2004), isso implicaria o questionamento dos binarismos, dos enquadramentos tradicionais no feminino/masculino, heterossexual/homossexual, normal/anormal. O apelo é por práticas educativas que coloquem campos sedentários em disputa, em movimento.

Fazer questão sobre a rigidez dos processos identitários supõe um não saber sobre o outro e sobre si próprio, mas que encontra na ignorância um estímulo e não um fim. Trazer para as pautas a ignorância, sem implicar condenação ou necessidade de convencimento, mas como modo de produção do novo. Louro (2004) aposta na potência da ignorância que um projeto queer pode suscitar. O que a recusa ou o não saber dizem? Como explorar a possibilidade de formulação do novo a partir disso?

Esse modo de fazer educação e escola implica incomodar, não somente as bases curriculares de ensino, mas, de modo conjunto, o tradicional lugar docente. O professor também assume, nessa perspectiva, a possibilidade da ignorância. Esse modo de produzir práticas educativas não deixa brechas para que algumas questões sejam privativas de determinados grupos. Existe um certo saber hegemônico que possibilita que algumas coisas ocupem o lugar de não saber. Vamos colocar isso em jogo? Noguera (2012) defende a composição de um processo educativo que comporte apostas



filosóficas e éticas plurais, polirraciais e pluriversais. O autor pauta sua discussão na convocação à afroperspectividade como possibilidade outra diante de um currículo eurocentrado.

“Em outros termos, a escolarização não pode ser entendida como a busca por um “modelo” único, um elogio ingênuo da monorracionalidade.” (NOGUERA, 2012, p. 63). O autor se ocupa de uma crítica ao colonialismo filosófico e epistemológico que atinge o currículo, dando foco ao tensionamento do racismo. No campo das sexualidades, arriscamos pensar que o plural e polirracional podem comparecer na desconstrução de um currículo que busque sempre uma verdade original sobre o sexo.

Respeito não é suficiente. O desejo é por escola e educação em que o vivo não seja hierarquizado

Referências

- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução: Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2014, p. 197-221.
- BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- FOUCAULT, Michel. Conversa com Gilles Deleuze. Os intelectuais e o poder. Em *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Heteronormatividade e vigilância de gênero no cotidiano escolar. In: RODRIGUES, Alexsandro.; DALLAPICULA, Catarina.; FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva. *Transposições*. Lugares e fronteiras em sexualidade e educação. Vitória: Edufes, 2014, p. 99-124.
- LIONÇO, Tatiana. Criminalização do assédio ideológico nas escolas: ideologia de gênero como argumento central na disputa fundamentalista da política de educação. In: RODRIGUES, Alexsandro.; MONZELI, Gustavo Artur.; FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva. *A política no corpo: gêneros e sexualidades em disputa*. Vitória: Edufes, 2016, p. 145-160.
- LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica. 2004.
- LOURO, Guacira Lopes. *Flor de açafreão: takes, cuts, close-ups*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- NARDI, Henrique Caetano. Nas bordas do humano: lutas pelo reconhecimento e capturas identitárias. In: RODRIGUES, Alexsandro.; DALLAPICULA, Catarina.; FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva. *Transposições*. Lugares e fronteiras em sexualidade e educação. Vitória: Edufes, 2014, p.213-228.
- NOGUERA, Renato. Denegrindo a educação: um ensaio filosófico para uma pedagogia da pluriversidade. *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação*. Número 18: maio-out/2012, p. 62-73.
- PRECIADO, Paul B. *Manifesto contrassexual*. São Paulo: N-1 Edições. 2014.
- SAÉZ, Javier; CARRASCOSA, Sejo. *Pelo cu: políticas anais*. Trad. Rafael Leopoldo. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2016.

